

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0004273-80.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Habilitação de Crédito - Recuperação judicial e Falência**
 Requerente: **Thiago Cardoso Cruz**
 Requerido: **OPTO ELETRONICA SA e outro**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de pedido de habilitação de crédito trabalhista movido por **THIAGO CARDOSO CRUZ**, nos autos de recuperação judicial de **OPTO ELETRÔNICA S/A e outros**. Alega, em resumo, que é credor das recuperandas na importância de R\$ 246.155,24 diante do acordo homologado em processo trabalhista. Informou que recebeu apenas uma parcela no valor de R\$ 3.609,58. Requereu a inclusão do crédito em ordem preferencial e os benefícios da gratuidade processual.

Indeferidos os benefícios da gratuidade processual (fl. 44).

Inteposto AI pelo credor (fls. 50/57) em face da decisão de fl. 44, recebido com efeito suspensivo (fl. 60) e provido (fls. 135/143), ficando concedida a gratuidade pleiteada.

As recuperandas se opuseram ao pedido (fls. 63/67) e impugnam a atualização do crédito pretendido.

O administrador judicial requereu a juntada de novos documentos (fl. 71).

O habilitante se manifestou às fls. 76/77 e juntou documentos às fls. 78/120.

Novamente intimadas as recuperandas discordaram da habilitação nos moldes requeridos visto que o habilitante busca incluir verbas que não são de sua titularidade (honorários periciais, advocatícios e contribuições previdenciárias) (fls. 125/131).

O administrador judicial e o perito contábil opinaram pela inclusão do crédito trabalhista no montante de R\$ 206.905,23 (fls. 153/155).

O habilitante manifestou sua discordância quanto aos cálculos apresentados pelo administrador (fls. 159/160).

Manifestação do Ministério Público (fl. 166) requerendo a intimação do credor para juntar aos autos os comprovantes dos pagamentos já realizados pelas recuperandas.

O credor se manifestou à fl. 172 e juntou documentos às fls. 173/175.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O administrador judicial e o perito contábil retificaram os cálculos apresentados, opinando pela inclusão do montante de R\$ 192.922,98, na categoria de crédito privilegiado.

O Ministério Público aquiesceu com o Administrador Judicial (fl. 190).

É o relatório.

Fundamento e decido.

Trata-se de pedido de habilitação de crédito trabalhista nos autos da recuperação judicial em epigrafe.

O administrador judicial trouxe aos autos laudo técnico que analisou os valores a serem habilitados opinando, pois, pela inclusão do valor de R\$ 192,922,98 classificado como crédito trabalhista.

Houve aquiescência do representante do Ministério Público quanto ao valor indicado pelo Administrador Judicial (fl. 190).

Pois bem, de início friso que o art. 9º, inciso II, da Lei 11.101/05, estabelece a data da propositura da ação de recuperação judicial como termo limite para a atualização monetária dos créditos, o que foi devidamente observado, nada havendo que se modificar nesse quesito.

Conforme o documento de fls. 04/05 o crédito principal do habilitante perfaz o montante de R\$170.295,08, sendo que desse valor deveria ser deduzida a quantia já paga de R\$ 11.613,16, que foi o que se deu nos cálculos de fls. 185/187, sendo o que basta.

Melhor sorte assiste ao habilitante, entretanto, no que diz respeito à inclusão do crédito referente à indenização pelos gastos com advogado.

Respeitados entendimentos em contrário, constou expressamente na decisão homologatória do juízo trabalhista (fls. 04/05) a condenação das recuperandas à indenização por gastos com advogado no valor de R\$51.088,52, sendo que não cabe a este juízo fazer qualquer modificação naquele julgado. Sendo determinada a devolução na forma de indenização, não pode o trabalhar suportar tais despesas.

Assim, tal valor deverá igualmente integrar a verba a ser habilitada.

Diante do exposto, **DEFIRO A HABILITAÇÃO** do crédito trabalhista em favor de **THIAGO CARDOSO CRUZ**, no valor **R\$ 192.922,98 além do valor de R\$51.088,52 (a ser atualizado observando-se o art. 9º, inciso II, da Lei 11.101/05)**, tendo como devedora Opto Eletrônica S/A e outro, cujo pagamento obedecerá aos prazos e critérios determinados no plano de recuperação judicial.

O crédito aqui discutido deverá ser classificado como privilegiado, nos termos do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

artigo 83, inciso I, da Lei 11.101/05.

Certifique-se nos autos principais da recuperação, cabendo ao Administrador Judicial providenciar a correta inclusão na relação de credores.

Por força da sucumbência, condeno ainda a requerida ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios ora fixados em 10% sobre o valor atualizado da condenação.

Com o trânsito em julgado, ao arquivo eletrônico.

Ciência ao MP.

P.I.

São Carlos, 06 de Junho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**